

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	7
DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	11

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	19
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	21
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	22

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	36.292
Preferenciais	0
Total	36.292
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	58.160	57.996
1.01	Ativo Circulante	3.189	3.117
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	136	2
1.01.01.01	Caixa e bancos	4	0
1.01.01.02	Aplicações financeiras	132	2
1.01.03	Contas a Receber	1.705	1.705
1.01.03.01	Clientes	1.705	1.705
1.01.06	Tributos a Recuperar	655	717
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	655	717
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	693	693
1.01.08.03	Outros	693	693
1.01.08.03.03	Outros créditos	693	693
1.02	Ativo Não Circulante	54.971	54.879
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	54.955	54.861
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	54.955	54.861
1.02.01.09.05	Contas a receber em operações securitizadas	54.955	54.861
1.02.03	Imobilizado	16	18
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	16	18

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	58.160	57.996
2.01	Passivo Circulante	1.991	1.741
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3	2
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	3	2
2.01.02	Fornecedores	1.980	1.731
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.980	1.731
2.01.05	Outras Obrigações	8	8
2.01.05.02	Outros	8	8
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	8	8
2.02	Passivo Não Circulante	21.854	21.872
2.02.02	Outras Obrigações	21.854	21.872
2.02.02.02	Outros	21.854	21.872
2.02.02.02.03	Assunção de dívida a pagar	694	694
2.02.02.02.05	Contas a pagar em operações securitizadas	21.112	21.128
2.02.02.02.06	Provisões para contingência	39	39
2.02.02.02.07	Outras obrigações	9	11
2.03	Patrimônio Líquido	34.315	34.383
2.03.01	Capital Social Realizado	37.380	37.380
2.03.01.01	Capital Social	37.380	37.380
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-3.065	-2.997

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-76	-100
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-74	-37
3.04.02.01	Despesas administrativas	-72	-34
3.04.02.02	Depreciações/ amortizações	-2	-3
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2	-63
3.04.05.01	Despesas tributárias	0	25
3.04.05.02	Outras	-2	-88
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-76	-100
3.06	Resultado Financeiro	8	9
3.06.01	Receitas Financeiras	8	9
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-68	-91
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-68	-91
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-68	-91
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,00187	-0,00251
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,00187	-0,00251

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	-68	-91
4.03	Resultado Abrangente do Período	-68	-91

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	134	-1
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-96	-24
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do Período antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	-68	-91
6.01.01.02	Depreciações/ amortizações	2	3
6.01.01.06	Outros	-30	64
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	230	23
6.01.02.01	Impostos a recuperar	96	308
6.01.02.03	Contas a receber em operações securitizadas	-94	-403
6.01.02.05	Obrigações sociais e trabalhistas	-3	-27
6.01.02.09	Contas a pagar em operações securitizadas	-16	53
6.01.02.15	Outras movimentações	-2	-64
6.01.02.16	Fornecedores	249	156
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	134	-1
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2	2
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	136	1

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	37.380	0	0	-2.997	0	34.383
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.380	0	0	-2.997	0	34.383
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-68	0	-68
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-68	0	-68
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	37.380	0	0	-3.065	0	34.315

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	37.380	0	0	-2.686	0	34.694
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.380	0	0	-2.686	0	34.694
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-91	0	-91
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-91	0	-91
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	37.380	0	0	-2.777	0	34.603

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-74	-122
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-72	-34
7.02.04	Outros	-2	-88
7.03	Valor Adicionado Bruto	-74	-122
7.04	Retenções	-2	-3
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2	-3
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-76	-125
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8	9
7.06.02	Receitas Financeiras	8	9
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-68	-116
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-68	-116
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	0	-25
7.08.02.01	Federais	0	-25
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-68	-91
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-68	-91

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

A Administração da PDG Companhia Securitizadora (“Companhia”) apresenta o relatório da administração em conjunto com as informações contábeis intermediárias e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia, referente ao período findo em 31 de março de 2023.

1. Cenário atual

PDG Companhia Securitizadora é uma empresa controlada pela PDG Realty S.A Empreendimentos e Participações (“PDG”), que detém 100% de seu capital total.

2. Administração

A Administração da Companhia está composta em 31 de março de 2023, pelos membros, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Nome	Cargo ocupado
Renato Barboza	Presidente do Conselho de Administração
Augusto Alves dos Reis Neto	Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores e de Securitização
Augusto Alves dos Reis Neto	Membro efetivo do Conselho de Administração
Caio Augusto Bento	Vice-Presidente do Conselho de Administração
Roberto Giarelli	Diretor de Compliance

3. Política de investimentos

A política de investimentos para o exercício está voltada para o aproveitamento das oportunidades de negócios dentre aqueles definidos no objeto social da Companhia, principalmente para (i) aquisição e securitização de créditos hipotecários e de créditos oriundos de operações e financiamentos imobiliários; (ii) emissão e colocação no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e de outros títulos de crédito e/ou valores mobiliários.

4. Auditores Independentes

As Demonstrações contábeis passaram a ser auditadas, a partir do 1º trimestre de 2023, pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

5. Resultados

Operações securitizadas

A Companhia não realizou novas operações de securitização durante o atual trimestre. Em 31 de março de 2023 a Companhia apresenta um saldo líquido a receber, em operações securitizadas, no montante de R\$ 33.843 mil, frente a R\$ 33.733 mil em 31 de dezembro de 2022. O saldo apresentado é inteiramente formado por operações realizadas junto à controladora PDG ou suas empresas investidas.

Resultado líquido

Em 31 de março de 2023 a Companhia apresenta um prejuízo de R\$ 68 mil, frente ao prejuízo de R\$ 91 mil de 31 de março de 2022.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$ 34.315 mil em 31 de março de 2023, frente a R\$ 34.383 mil em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 12 de maio de 2023.

A Administração

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora

Informações contábeis intermediárias individuais em
31 de março de 2023

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora
Informações Contábeis em
31 de março de 2023

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais para o período de três meses findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de Reais – R\$)

1. Contexto operacional

a. Informações gerais

A sede social da PDG Companhia Securitizadora (“Companhia”), está localizada na Avenida Doutor Cardoso de Melo, nº 1.855, 6º andar – na Cidade e Estado de São Paulo.

A Companhia tem como objeto social as seguintes atividades: (i) aquisição e securitização de créditos hipotecários e de créditos oriundos de operações e financiamentos imobiliários; (ii) prestação de serviços referentes a operações no mercado secundário de hipotecas e de créditos oriundos de operações e financiamento imobiliários que sejam compatíveis com suas atividades; (iii) emissão e colocação no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRIs”) e de outros títulos de crédito e/ou valores mobiliários; (iv) realização de operações de proteção de valores (*hedge*) em mercados derivativos, visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos hipotecários e imobiliários; e (v) realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com seu objeto social, incluindo, mas não se limitando, à intermediação de negócios relacionados com o mercado imobiliário e prestação de serviços de consultoria.

Em 03 de outubro de 2008, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), aprovou o pedido de registro de Companhia aberta, estando classificada na categoria S1, com o direito de negociar os valores mobiliários de sua emissão no mercado de balcão não organizado.

Quando da emissão de CRI, tendo como lastro os recebíveis imobiliários vinculados ao regime fiduciário, tais recebíveis ficam excluídos do patrimônio líquido comum da Companhia, passando a constituir direitos patrimoniais em separado, com o objetivo específico de responder pela realização financeira dos direitos dos titulares dos CRIs.

A Companhia opera substancialmente com certificados de recebíveis de controladas de sua controladora integral, a PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações (“PDG”).

b. Recuperação judicial

A Companhia iniciou em agosto de 2015 um processo de reestruturação de dívidas de modo a preservar a sua capacidade de cumprimento das obrigações assumidas perante credores e clientes (“Processo de Reestruturação”).

Em linhas gerais o Processo de Reestruturação previa acordos para prorrogação de pagamentos de juros e amortização de principal, a concessão de novos financiamentos destinados a cobrir despesas gerais e administrativas do Grupo (PDG).

Em decorrência desta situação, em 22 de fevereiro de 2017 a Companhia protocolou pedido de Recuperação Judicial (“RJ”), em conjunto com as demais sociedades integrantes do Grupo (PDG), na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005. Em 02 de março de 2017 o pedido de recuperação judicial foi deferido pelo Juiz de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, nos autos do processo nº 1016422-34.2017.8.26.0100.

O Plano de Recuperação Judicial foi aprovado em 30 de novembro de 2017 conforme Assembleia Geral de Credores realizada nessa data. Em 06 de dezembro, o Plano foi submetido e homologado perante o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem da Comarca de São Paulo, nos termos da Lei nº 11.101/05.

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora
Informações Contábeis em
31 de março de 2023

Com a homologação, as dívidas foram centralizadas na controladora (PDG Realty), conforme condição definida no plano e, após as definições dos credores sobre as opções de liquidação de cada classe de dívida, apurou o valor correspondente dos valores a pagar para cada grupo de credores.

Os pagamentos realizados dentro do prazo estabelecido, ou seja, de 12 meses contados da publicação da decisão que homologou a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, representam a conclusão de uma etapa fundamental do processo de Recuperação Judicial e um importante passo rumo à manutenção da normalidade operacional e à retomada do crescimento do Grupo (PDG).

Aditamento ao plano de Recuperação Judicial (“Aditamento ao PRJ”)

A Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, entre 11 de setembro de 2020 e 15 de dezembro de 2020, a apresentação e homologação de uma proposta de aditamento ao plano de RJ, homologado inicialmente em 06 de dezembro de 2017.

O Aditamento ao PRJ, homologado em 14 de dezembro de 2020 na 1ª Vara de F. e Recuperações Judiciais, manteve o único objetivo de readequar o pagamento dos credores trabalhistas do Grupo (PDG), sujeitos à RJ e que ainda não foram quitados, à perspectiva econômico-financeira da Companhia, de modo que as condições de pagamento dos demais credores concursais continuam integralmente preservadas, nos termos estabelecidos no plano de RJ.

Assim, o Aditamento ao PRJ propõe a reestruturação dos créditos trabalhistas conforme condições segundo as quais a Companhia acredita ser possível assegurar o cumprimento das obrigações assumidas perante tais credores e, ao mesmo tempo, evitar o desequilíbrio econômico-financeiro, preservando a continuidade das atividades e a manutenção da normalidade operacional do Grupo (PDG).

O plano de RJ, seu aditamento e as decisões homologatórias estão disponíveis no site de relações com investidores da Companhia (<http://ri.pdg.com.br/>) e no site da CVM (<http://cvm.gov.br>).

Encerramento do processo de RJ

Em 14 de outubro de 2021, cumprindo ao disposto no artigo 157, §4º, da Lei nº 6.404/76, e nos termos da Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, a Companhia informou aos acionistas e ao mercado que, naquela data, o Juiz da 1ª Vara de F. e Recuperações Judiciais proferiu sentença de encerramento do processo de recuperação judicial do Grupo PDG.

A RJ foi, portanto, concluída com êxito, proporcionando ao Grupo PDG a manutenção da normalidade operacional em bases sólidas, a superação da crise e condições para dar continuidade ao pagamento do saldo do passivo concursal e retomar o plano de crescimento.

c. *Continuidade operacional*

A continuidade das operações da Companhia conforme inicialmente exposto nos autos do plano de RJ e comprovadamente mantida desde sua proposta, demonstra que o Grupo (PDG) reúne condições para superação da crise econômico-financeira vivenciada, sendo que a RJ se inseriu no contexto de uma série de medidas para buscar nosso efetivo soerguimento. Para que cada etapa desse objetivo continue sendo atingida, o redimensionamento de atividades do Grupo (PDG) continua sendo praticado e, aliado à nossa política de monitoramento constante sobre o fluxo de caixa de curto, médio e longo prazo, nos dá certeza sobre o sucesso nos resultados a serem alcançados.

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias e principais políticas contábeis

a. Declaração de conformidade das informações contábeis intermediárias e políticas contábeis

Conforme facultado pelo Ofício Circular 03/2011, emitido pela CVM, e com base no julgamento e premissas adotados pela Administração acerca da relevância e de alterações que devem ser divulgados em

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora
Informações Contábeis em
31 de março de 2023

notas explicativas, estas informações contábeis intermediárias incluem notas explicativas selecionadas e não contemplam todas as notas explicativas apresentadas nas demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício de 2022.

A Companhia declara que os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas, bem como as principais práticas contábeis adotadas na apresentação e preparação dessas informações contábeis intermediárias, são os mesmos divulgados na nota 3 às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício de 2022 e por isso recomendamos a leitura conjunta destas informações contábeis intermediárias e das referidas demonstrações anuais.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas no curso normal das operações e no pressuposto da continuidade dos negócios da Companhia. A Administração realiza uma avaliação da capacidade da Companhia de continuar operando ao preparar as informações financeiras intermediárias. As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em milhares de reais (R\$) e todos os valores são arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma. Em certas circunstâncias, isso pode levar a diferenças não significativas entre a soma dos números e os subtotais apresentados nos quadros.

A emissão destas informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Administração em 12 de maio de 2023.

a. Patrimônio Separado

Resolução CVM nº 60 – Regime dos certificados de recebíveis do agronegócio e recebíveis imobiliários

A resolução normativa CMV nº 60 dispõe sobre as companhias securitizadoras de direitos creditórios registradas na CVM e revoga, entre outras, as Instruções CVM nº 414, de 30 de dezembro de 2004, entrando em vigor a partir do final do quarto trimestre de 2022. Esta resolução dispõe sobre a regulamentação de emissões públicas de títulos de securitização, apresentando mudanças significativas relativas as operações que compõe o patrimônio separado, a nova norma muda o mercado de securitização ao passo que, além de dispor sobre um regime próprio e específico para as atividades das companhias securitizadoras, consolida em uma única norma as regras aplicáveis aos certificados de recebíveis imobiliários – CRI e aos certificados de recebíveis do agronegócio – CRA.

Nesse contexto, destacamos o art. Art. 50 - § 1º dessa Resolução que, descreve que cada patrimônio separado é considerado uma entidade que reporta informações para fins de elaboração de demonstrações financeiras individuais, desde que a companhia securitizadora não tenha que consolidá-lo em suas demonstrações, conforme normas contábeis aplicáveis à sociedades anônimas.

3. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do período. As receitas, despesas e custos incluem os rendimentos, os encargos e as variações monetárias que foram calculados com base em índices ou taxas oficiais e que incidem sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes. Quando aplicável, incluem os ajustes de valor de mercado e/ou de realização.

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora
 Informações Contábeis em
 31 de março de 2023

4. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a saldos bancários e aplicações financeiras:

	31/03/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	4	-
Aplicações financeiras	132	2
Total	136	2

5. Operações com partes relacionadas**a) Contas a receber de clientes**

Refere-se ao saldo com prestação de serviços de intermediação, assessoria e gestão financeira nas operações de cessão de recebíveis, praticadas junto a controladora PDG Realty.

b) Créditos e débitos com partes relacionadas

Referem-se a saldos a receber e a pagar com o Grupo PDG Realty oriundos das operações de securitização e da assunção de dívida, com a controladora, referente aos credores da recuperação judicial da Companhia.

Os valores são assim demonstrados:

	31/03/2023	31/12/2022
Ativo		
Contas a receber (5.a)	1.705	1.705
Contas a receber em operações securitizadas (5.b)	54.955	54.861
	56.660	56.566
Passivo		
Assunção de dívidas a pagar (5.b)	694	694
Contas a pagar em operações securitizadas (5.b)	21.112	21.128
	21.806	21.822
Total	34.854	34.744

6. Imobilizado

A Companhia possui arrendamento do seu escritório sede como único item elegível à norma IFRS 16 (Direito de uso nos contratos de arrendamento).

Movimentação dos ativos imobilizados

	Direito de uso	Custo	Depreciação	Total
Saldo em 31/12/2021		32	(29)	3
. Aquisição		24	(6)	18
. Baixas		(32)	29	(3)
Saldo em 31/12/2022		24	(6)	18
. Baixas		-	(2)	(2)
Saldo em 31/03/2023		24	(8)	16

7. Contingências

A Companhia é parte em ações judiciais perante tribunais de natureza trabalhista, fiscal e cível, decorrentes do curso normal de seus negócios.

A citada provisão para contingências foi constituída considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos e estão registradas na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais líquidas”.

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora
Informações Contábeis em
31 de março de 2023

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, entende que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir perdas prováveis com processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

Natureza - Perda Provável	31/03/2023	31/12/2022
Fiscal	39	39
Total	39	39
Parcela não circulante	39	39
Total	39	39

8. Imposto de renda e contribuição social

Durante os períodos findos em 31 de março de 2023 e 2022, a Companhia não apresentou lucro tributável, para imposto de renda e contribuição social.

9. Patrimônio líquido**a. Capital social**

Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$ 37.380. O capital social está representado por 36.292.213 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (hum Real).

b. Dividendos mínimos obrigatórios e destinação do lucro líquido do exercício

De acordo com o estatuto social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76 e a Lei 11.638/07), o lucro líquido do exercício, quando disponível, após a dedução de participação dos administradores até o limite máximo legal e após a compensação de eventuais prejuízos acumulados, tem a seguinte destinação: (i) 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado; e (ii) 25% do saldo remanescente para pagamento de dividendos obrigatórios.

c. Resultado por ação

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do (prejuízo) lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Não existem fatores de diluição em 31 de março de 2023, fazendo com que o resultado por ação diluído ficasse o mesmo que o cálculo básico de lucro por ação. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos prejuízos por ação:

	31/03/2023	31/03/2022
Prejuízo por Ação básico		
Prejuízo disponível para as ações ordinárias	(68)	(91)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	36.292	36.292
Prejuízo do exercício por ação (em R\$) – básico	(0,00187)	(0,00251)
Prejuízo por Ação diluído		
Prejuízo disponível para as ações ordinárias	(68)	(91)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	36.292	36.292
Prejuízo do período por ação (em R\$) – diluído	(0,00187)	(0,00251)

10. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos**Análise dos instrumentos financeiros**

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora
Informações Contábeis em
31 de março de 2023

meio de definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento ativo das taxas contratadas versus as taxas vigentes no mercado.

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia são caixa e bancos e aplicações em CDB, em condições normais de mercado, estando reconhecido pelos critérios descritos na Nota explicativa nº 3, divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

A categoria dos instrumentos financeiros é assim demonstrada:

	Nota	31/03/2023	31/12/2022	Classificação IFRS 9
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	4	136	2	Custo amortizado
Contas a receber	6b	1.705	1.705	Custo amortizado
Contas a receber em operações securitizadas	6b	54.955	54.861	Custo amortizado
Total dos ativos financeiros		56.796	56.568	
Passivos financeiros				
Fornecedores		1.980	1.731	Custo amortizado
Partes relacionadas	6b	694	694	Custo amortizado
Contas a pagar em operações securitizadas	6b	21.112	21.128	Custo amortizado
Total dos passivos financeiros		23.786	23.553	

A Companhia não operou com derivativos nos períodos findos em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022. O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos na data do balanço, representados substancialmente por aplicações financeiras, contas a receber e obrigações por emissão de créditos de recebíveis imobiliários se aproximam dos seus valores de mercado estimados, dado que a maior parte das operações é pós-fixadas.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com alta remuneração em títulos de curto prazo.

Em atendimento ao disposto na Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, revogada pela Resolução CVM 02 de 06 de agosto de 2020, a Companhia confirma não estar exposta a instrumentos financeiros não evidenciados nas suas demonstrações financeiras. Seguem abaixo as considerações sobre riscos sobre instrumentos financeiros.

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Até o momento a Companhia não identificou tais riscos.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia utiliza para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de exigências previstas em contratos de CRI.

Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, estabelece que as Companhias abertas devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora
 Informações Contábeis em
 31 de março de 2023

relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros representados pelos CRIs - Certificados de Recebíveis Imobiliários e pelos contratos de recebíveis tomados como lastro para a emissão desses certificados estão sujeitos às condições equivalentes de taxas, indexadores e prazos, situação que torna neutro os efeitos decorrentes de quaisquer cenários econômicos aos quais a Companhia pode estar exposta. Essa condição é reforçada por serem instrumentos financeiros cuja negociação é vedada, por estarem segregados do patrimônio comum da Companhia. Nessa linha, quaisquer variações nos cenários econômicos implicam igualmente efeitos compensáveis, não gerando efeito no resultado da Companhia.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras efetuando suas operações em instituições financeiras de primeira linha.

Considerando o cenário descrito, a Companhia não apresenta para o período findo em 31 de março de 2023 o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

11. Despesas operacionais

	31/03/2023	31/03/2022
Gastos com publicação	(14)	(15)
Outras despesas administrativas	(58)	(19)
	(72)	(34)
Despesas tributárias	-	25
Depreciação/ amortização	(2)	(3)
Outras receitas e despesas	(2)	(88)
Outras	(4)	(66)
Total	(76)	(100)

12. Resultado financeiro

	31/03/2023	31/03/2022
Receitas Financeiras		
Variação monetária, juros e multas	8	9
	8	9
Total	8	9

13. Cobertura de seguros

A Companhia não possuía seguros contratados nos períodos findos em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

14. Auditores independentes

A Companhia informa que celebrou contrato de prestação de serviços de auditoria independente com a Grant Thornton Auditores e Independentes Ltda. ("GT"), para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados à suas Demonstrações Financeiras anuais e revisões das suas informações contábeis intermediárias, a partir do primeiro trimestre de 2023. Não há outros serviços prestados em 2023 pela ("GT") à Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
PDG Companhia Securitizadora
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da PDG Companhia Securitizadora ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) "Demonstração intermediária", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 b em 14 de outubro de 2021, o Juiz da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo proferiu sentença de encerramento do processo de recuperação judicial da Companhia e suas controladas. No entanto, a Companhia e sua controladora, no período de três meses findo em 31 de março de 2023, incorreram em prejuízo, individual e consolidado, além de sua controladora apresentarem capital circulante líquido negativo, individual e consolidado, nos montantes de R\$ 2.159.019 mil e R\$ 2.638.580 mil, respectivamente e de patrimônio líquido negativo de R\$ 5.025.040 mil na controladora e R\$ 5.091.468 mil no consolidado. Essa situação patrimonial e financeira da sua controladora, indicam existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade operacional de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a este assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

Revisamos, também, as informações intermediárias da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2023 cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar para os demais tipos de sociedades, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do trimestre findo em 31 de março de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram conduzidos sob responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram o relatório de auditoria datado em 11 de maio de 2022 e 21 de março de 2023, respectivamente.

São Paulo, 12 de maio de 2023

Thiago Benazzi Arteiro
Contador CRC 1SP-273.332/O-9

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda
CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, INCISO VI, DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09, REVOGADA PELA INSTRUÇÃO CVM Nº 586/17

Declaramos, na qualidade de diretores da PDG COMPANHIA SECURITIZADORA, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.855, 6º andar, CEP 04548-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.538.973/0001-53 ("Companhia") nos termos do inciso VI, parágrafo 1º, do artigo 25 da instrução CVM Nº 480/09, revogada pela instrução CVM Nº 586/17, conforme alterada, que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Companhia para o período findo em 31 de março de 2023.

São Paulo, 12 de maio de 2023.

AUGUSTO ALVES DOS REIS NETO

Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores e Diretor de Securitização

ROBERTO GIARELLI

Diretor de Compliance

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, INCISO VI, DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09, REVOGADA PELA INSTRUÇÃO CVM Nº 586/17

Declaro, na qualidade de diretor responsável por fazer elaborar as demonstrações financeiras da PDG COMPANHIA SECURITIZADORA, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.855, 6º andar, CEP 04548-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.538.973/0001-53 ("Companhia") nos termos do inciso V do parágrafo 1º, do artigo 25 da instrução CVM nº 480/09, revogada pela instrução CVM nº 586/17, que revi, discuti e concordo com o parecer positivo (sem ressalvas) dos auditores independentes (Grant Thornton Auditores Independentes Ltda) referentes às demonstrações financeiras da Companhia para o período findo em 31 de março de 2023 (o "Parecer").

Quanto ao parágrafo sobre incerteza relevante, relacionado a continuidade operacional da Companhia e de sua controladora ("Grupo PDG") discordo sobre a possibilidade de não continuidade; considerações apresentadas:

1. O Grupo PDG saiu da Recuperação Judicial em 14 de outubro de 2021, conforme decisão proferida pelo Juiz da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais. Desde a aprovação do plano e de seu aditamento, aprovados pelos credores da Companhia em novembro de 2017 e dezembro de 2020, respectivamente, o Grupo PDG vem cumprindo integralmente os pagamentos previstos, estando em dia com o cronograma e todas as obrigações previstas no plano.
2. O Plano de Recuperação encontra-se atualmente com plena eficácia. As várias medidas nele previstas, tais como: (i) aumento de capital; (ii) pagamento em espécie e (iii) pagamento com dações de ativos, foram realizados com sucesso. Destacamos que até o final do período findo em 31 de março de 2023 realizamos o pagamento de R\$ 1.096 bilhão através de dações em ativos e pagamentos com recursos próprios, além de R\$ 753,0 milhões através de pagamento com ações da sua controladora. Ou seja, dívidas que foram reestruturadas dentro do Plano de Recuperação, sem a necessidade de liquidação total dos ativos. Também é relevante destacar que o saldo restante da dívida, do Grupo PDG, está concentrado em 3% para realização no curtíssimo prazo, também a ser quitado com recursos provenientes das nossas operações e entrega de ações da sua controladora e, 97% para longíssimo prazo (entre 10 e 20 anos).
3. As dívidas bancárias remanescentes (extraconcursais) do Grupo PDG, ou seja, parcelas que não foram reestruturadas dentro do plano inicial de RJ continuam sendo renegociadas individualmente com cada credor e estão na sua quase totalidade suportadas por garantias envolvendo os ativos do Grupo PDG. Temos a estimativa que estas dívidas continuem sendo quitadas, à medida que os ativos dados em garantia gerem fluxo de caixa nas suas operações ou, na situação de falta de geração de caixa, sejam liquidadas ou amortizadas com a execução ou dação das garantias existentes. Numa situação de saldo excedente de dívida, frente às garantias, os credores terão a opção de liquidá-los nas condições previstas no plano de RJ e conforme condições aplicadas aos credores quirográficos, onde a condição de pagamento seria somada aos atuais 99% do saldo atual, concursal, e na mesma previsão de vencimento (entre 10 e 20 anos).
4. Com base na Projeção de Caixa para os próximos 5 anos, avaliada pelos auditores, verifica-se que, para a retomada operacional e condução das atividades do Grupo PDG, não se fará necessária a liquidação total dos ativos, reforçando a percepção desta Administração quanto à sua continuidade operacional.
5. Sobre as incertezas da continuidade operacional do Grupo PDG, relacionado:
 - i. Com a existência de prejuízos contábeis e índices financeiros negativos no consolidado do Grupo PDG: entendemos que estes são fruto de operações de longa data e que ainda demandam de maior tempo para serem neutralizados com novas operações; mas, que também por serem de longa data confirmam que o suposto risco de descontinuidade, observado pelos auditores até esta data, não procedeu.
 - ii. Com as dívidas extraconcursais no consolidado do Grupo PDG: que continuam sendo equalizadas junto aos credores e, num cenário crítico para quitação dos mesmos teríamos como possíveis ações, além dos pagamentos previstos: a) amortização ou quitação através da execução de garantias, e b) saldos residuais elegíveis a habilitação e condições do plano de recuperação existente. Estas opções, já incorridas em determinados casos, trouxeram resultados que também não confirmaram o suposto risco de descontinuidade para Companhia ou Grupo PDG.
 - iii. Com o processo Recuperação Judicial: que desde seu início em 2017 até seu encerramento em 2021, não teve questionamentos relacionados a cancelamento ou interrupção. Que a única alteração no seu contexto, por aditamento em 2020, foi criada pelo Grupo PDG face ao planejamento de equalização de dívida e antecipação de pagamento. Que as movimentações com reclassificações dos credores entre classes de dívida e/ou opção de pagamento e quitações seguiram o contexto operacional e financeiro previsto no cronograma do Grupo PDG. E, desta forma, considerando as ações realizadas até esta data, possibilidades futuras e composição dos valores e prazos a vencer a longo prazo, nos fazem entender que os saldos residuais serão equalizados sem risco de descontinuidade para a Companhia ou para o Grupo PDG.

Desta forma, considerando o acima, apesar de respeitarmos a opinião do auditor, discordamos de que existem incertezas significativas, que sejam do nosso conhecimento, desde o início da implementação do Plano de Recuperação, até o presente momento, que possam se refletir em um questionamento razoável sobre a continuidade operacional da Companhia.

São Paulo, 12 de maio de 2023.

AUGUSTO ALVES DOS REIS NETO

Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores e Diretor de Securitização

ROBERTO GIARELLI

Diretor de Compliance